

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.632 - DF (2019/0170704-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : JUAREZ SANTOS MONTEIRO
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA - DF012409
FERNANDO JOSÉ FEROLDI GONÇALVES - DF032246
AGRAVADO : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : BRUNA SHEYLLA DE OLIVINDO - DF032682
MARINA ALVES COUTINHO - DF051021

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PESSOAIS. JUROS REMUNERATÓRIOS. TERMO FINAL. DATA DO ROMPIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PREVISÃO NO REGULAMENTO DA ENTIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Os juros remuneratórios incidentes nos valores devidos a título de restituição de contribuições pessoais pagas ao Fundo de Previdência Privada possuem como termo *ad quem* a data do rompimento do vínculo empregatício, na qual houve o desligamento do beneficiário do plano de previdência, conforme previsto no regulamento da entidade.
2. Recurso conhecido e desprovido.

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do especial, o agravante alegou violação dos arts. 389, 395 e 884 do Código Civil, afirmando que os juros remuneratórios devem ser aplicados após a data de desligamento do fundo.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente recurso, verifico que esse não merece provimento, senão vejamos.

Com efeito, verifico que o Tribunal de origem consignou expressamente que os juros remuneratórios são devidos até o desligamento do beneficiário do plano de previdência, conforme disposto no Regulamento da entidade, assim concluindo (fl. 551):

Sobre a interpretação do artigo supra concretizada pelo magistrado de origem, afere-se que ela não se distanciou do entendimento esposado no âmbito deste Tribunal de Justiça, no sentido de que os juros estatutários são devidos até o desligamento do beneficiário do plano de previdência, conforme disposto no Regulamento da entidade.

Assim, verifico que o recurso especial vai de encontro à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual esbarra no óbice sumular nº 83, do STJ, aplicável aos recursos interpostos com base em ambas as alíneas (AgInt no AREsp 720.037/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 3/5/2016, DJe 11/5/2016).

Isso porque, “a exemplo do que ocorre nas demandas envolvendo as cadernetas de poupança, os juros remuneratórios somente incidem até o saque/resgate do capital investido” (REsp 1166564/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 31/8/2017), não havendo que se falar em sua incidência até a data do pagamento.

Confirmam os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO DO ASSOCIADO. TERMO FINAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. PERÍODO DA CONTRATUALIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. O termo final dos juros remuneratórios deve corresponder à data do desligamento do participante do plano de previdência privada, ou seja, o encargo deve incidir durante o período da contratualidade e não até a data do efetivo pagamento do valor correspondente às contribuições pessoais vertidas pelo associado.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 500.877/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/9/2017, DJe 2/10/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESGATE. JUROS REMUNERATÓRIOS. TERMO FINAL. SÚMULA N. 83/STJ.

1. Os juros remuneratórios incidem apenas no período da contratualidade no caso de resgate de reserva de poupança em plano de previdência privada.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 187.753/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2015, DJe 10/12/2015.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO DO ASSOCIADO. TERMO FINAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. PERÍODO DA CONTRATUALIDADE. PRECEDENTES. NEGADO PROVIMENTO.

1. Segundo o atual entendimento desta Corte, "O termo final dos juros remuneratórios deve corresponder à data do desligamento do participante do plano de previdência privada, ou seja, o encargo deve incidir durante o período da contratualidade e não até a data do efetivo pagamento do valor correspondente às contribuições pessoais vertidas pelo associado" (AgInt no AREsp 500.877/DF, Rel.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe de 02/10/2017).

2. Agravo interno ao qual se nega provimento.

(AgInt no AREsp 970.128/DF, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017.)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Por fim, deixo de majorar os honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora